

RESOLUÇÃO Nº 15/2011

(Publicada no Diário Oficial de 23/06/2011)

Ver Resolução nº 20/11, que indefere, nos termos do parecer do Conselheiro Relator, o pedido de reenquadramento e de revogação do piso do benefício concedido através desta Resolução.

Alterada pelas Resoluções nºs 26/13, 04/18, 22/18 e 36/19.

Ver Resolução nº 36/19, que autoriza a remessa para industrialização e a utilizar o crédito presumido do ICMS referente ao imposto incidente sobre a parcela do valor da industrialização fora do estabelecimento.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à BMD TÊXTEIS LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM nº 110010022522,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à BMD TÊXTEIS LTDA., CNPJ nº 03.156.784/0001-30 e IE nº 051.678.391NO, instalada no município de Camaçari, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixar em 81% (oitenta e um por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas saídas de laminados de PVC, fiação e tecelagem (malha técnica, malha geogrelha, malha BMD NET, malha Dublatec, mactube e geomembrana), com o prazo de fruição do benefício de 15 (quinze) anos contado a partir de 1º de junho de 2011.

Nota: A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 22, de 19/06/18, DOE de 21/06/18, para incluir a produção de laminados de PVC, efeitos a partir de 21/06/18.

Redação anterior dada ao inciso I do art. 1º pela Resolução nº 04, de 04/04/18, DOE de 10/04/18, efeitos de 10/04/18 a 20/06/18:

"I - Crédito Presumido - fixar em 81% (oitenta e um por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas saídas de fiação e tecelagem (malha técnica, malha geogrelha, malha BMD NET, malha Dublatec, mactube e geomembrana), com o prazo de fruição do benefício de 15 (quinze) anos contado a partir de 1º de junho de 2011."

Redação anterior dada ao inciso I do art. 1º pela Resolução nº 26, de 03/09/13, DOE de 05/09/13, efeitos de 05/09/13 a 09/04/18:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de fiação e tecelagem (malha técnica, malha geogrelha, malha BMD NET, malha Dublatec, mactube e geomembrana), com prazo contado a partir de 1º de junho de 2011, até 31 de dezembro de 2020."

Redação original, efeitos até 04/09/13:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de fiação e tecelagem (malha técnica, malha geogrelha, malha BMD NET, malha Dublatec, geotubos e geomembrana), com prazo contado a partir de 1º de junho de 2011, até 31 de dezembro de 2020."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Revogado.

Nota: O art. 2º foi revogado pela Resolução nº 04, de 04/04/18, DOE de 10/04/18, efeitos a partir de 10/04/18.

Redação originária, efeitos até 09/04/18:

"Art. 2º Por se tratar de projeto de ampliação o crédito presumido previsto no inciso I, do art. 1º somente será aplicado às operações de saídas mensais de mercadorias que excederem ao valor de R\$2.707.721,31 (dois milhões, setecentos e sete mil, setecentos e vinte e um reais e trinta e um centavos)."

Art. 3º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 14 de junho de 2011.

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Presidente